



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANA KAROLINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**A GARANTIA DOS DIREITOS DE ACESSIBILIDADE COMO MEIO DE INCLUSÃO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**GUARABIRA - PB
2023**

ANA KAROLINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**A GARANTIA DOS DIREITOS DE ACESSIBILIDADE COMO MEIO DE INCLUSÃO
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito total à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente.

Orientador: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira.

**GUARABIRA - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O543g Oliveira, Ana Karolina Ribeiro de.

A garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil [manuscrito] / Ana Karolina Ribeiro de Oliveira. - 2023.

51 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH. "

1. Acessibilidade. 2. Direitos. 3. Educação Infantil. 4. Inclusão. I. Título

21. ed. CDD 342

ANA KAROLINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

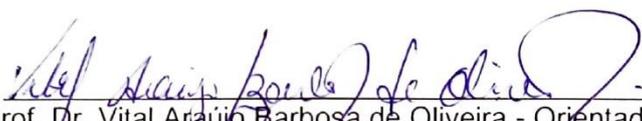
A GARANTIA DOS DIREITOS DE ACESSIBILIDADE COMO MEIO DE
INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito total à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos
da Educação e Formação Docente.

Aprovada em: 25/10/2023

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Luandson Luis da Silva - Examinador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira - Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Ao produzir os agradecimentos, notamos o quão importante é poder contar com pessoas que nos incentivam e acreditam em nós, por isso agradeço a vocês.

A Deus por me sustentar todas às vezes que pensei em desistir.

À Imaculada Conceição por cuidar de mim e dos meus.

Aos meus pais, Maria Ivonice e Marcelo Miguel, por não medirem esforços para que hoje eu pudesse realizar mais um sonho, bem como por todo apoio que recebi durante essa árdua trajetória acadêmica.

À toda minha família, em especial, ao meu irmão Matheus Ribeiro que sem dúvidas tornou os meus dias mais leves.

A Felipe Toscano por todo companheirismo, paciência, incentivo, ajuda e amor.

Às meninas que nos últimos anos foram minha segunda família, Aniele Karine, Natally Vitória e Maria Luísa.

Às minhas amigas da UEPB, em particular, Caylane Oliveira, Isabel Crislane, Milena Ramos e Sara Oliveira, que inclusive me ajudou a desenvolver o instrumento de pesquisa utilizada na coleta de dados do presente trabalho.

Ao meu orientador professor Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira por todas as reuniões, conselhos e conhecimentos compartilhados para construção não somente desse trabalho, mas também para minha vida profissional e pessoal.

À banca examinadora.

Aos demais funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, inclusive as professoras Débora Regina e Germana Menezes, que muito contribuíram na minha formação acadêmica, principalmente durante os projetos de extensão.

Partilho essa conquista com todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse sonho.

RESUMO

A inclusão passou a ser uma temática cada vez mais debatida por todos, principalmente, entre professores e gestores que precisam lidar diariamente com o processo de inclusão não somente em sala de aula, mas também durante todas as atividades propostas ao longo de todo o ano letivo, com o intuito de fortalecer cada vez mais a educação inclusiva e assegurar que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de modo a garantir o desenvolvimento emocional, cognitivo e social de cada criança. Assim, movida pelo desejo de compreender ainda mais sobre o assunto e buscar informações que possam contribuir na construção de uma sociedade mais inclusiva, foi realizada uma pesquisa de campo com professores da educação infantil nas escolas municipais do brejo paraibano. O objetivo da pesquisa foi analisar a garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil, para isso foi aplicado um questionário com perguntas abertas e objetivas, na qual evidenciaram significativas mudanças acerca da acessibilidade e inclusão no âmbito escolar, bem como suas fragilidades no sistema educativo.

Palavras-Chave: Acessibilidade; Direitos; Educação Infantil; Inclusão.

ABSTRACT

Inclusion has become a topic heavily debated by everyone, mainly between teachers and school managers who need to deal daily with the inclusion process, not only in the classroom, but also during all the proposed activities throughout the entire school year, with the aim of increasingly strengthening inclusive education and ensuring that the teaching and learning process takes place in a way that guarantees the emotional, cognitive and social development of each child. Thus, driven by the desire to understand even more about the subject and seek information that can contribute to the construction of a more inclusive society, a field research was carried out with early childhood education teachers in municipal schools in the brejo of Paraíba. The objective of the research was to analyze the guarantee of accessibility rights as a means of inclusion in early childhood education. For this purpose, a survey with subjective and objective questions was applied, which highlighted significant changes in accessibility and inclusion in the school environment, as well as its weaknesses at the educational system.

Keywords: Accessibility; Child Education; Inclusion; Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Área de formação acadêmica	30
Gráfico 2 -	Tempo de docência	31
Gráfico 3 -	Há quanto tempo você trabalha na escola?	32
Gráfico 4 -	Você já teve algum aluno com deficiência? Se sim, qual a deficiência?	33
Gráfico 5 -	A escola já promoveu palestras para os professores lidar com a inclusão?	34
Gráfico 6 -	Trabalha ou já trabalhou com alguém com deficiência?	35
Gráfico 7 -	No caso de a escola ter algum aluno com deficiência, quem garante a adaptação da escola? De onde vem o recurso?	36
Gráfico 8 -	Caso o aluno com deficiência não esteja tendo seus direitos garantidos o que você faz para ajudá-lo?	38
Gráfico 9 -	A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE)?	39
Gráfico 10 -	A escola tem sala de recursos? Se sim, essa sala é utilizada?	40
Gráfico 11 -	Qual o rendimento escolar dos alunos com deficiência?	41
Gráfico 12 -	Qual a interação dos demais alunos para com os alunos com deficiência?	42
Gráfico 13 -	A escola utiliza materiais pedagógicos adaptados? Se sim, quais?	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AEE	Atendimento Educacional Especializado.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LBI	Lei Brasileira de Inclusão.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação.
NBR	Norma Brasileira.
ONU	Organização das Nações Unidas.
TEA	Transtorno do Espectro do Autismo.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Conceituando acessibilidade e inclusão	13
2.2	Da história à vida real	13
2.3	Eliminando os entraves na escola contemporânea	20
2.4	A desigualdade social como barreiras de acesso à educação pública	22
2.5	A inclusão na educação infantil: passos para uma sociedade consciente	23
3	METODOLOGIA	25
3.1	Tipo de pesquisa	25
3.2	Delimitação da pesquisa	26
3.3	Coleta de dados	26
3.4	Sobre a análise dos dados	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	49

1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos as pessoas com deficiência foram vistas como seres insignificantes, foram desprezadas e mortas inclusive, porém até o século XXI são inegáveis que muitas mudanças aconteceram e que passos importantes rumo a inclusão e a acessibilidade são contínuos. No Brasil, atualmente, cerca de 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entretanto, apesar de corresponder a mais de 20% da população, nossas escolas ainda são palco da exclusão, do preconceito e do desrespeito, pois não romperam protótipos que influenciam direta e negativamente na educação, e é justamente com o intuito de romper essas barreiras e tornar a sociedade cada vez mais consciente e inclusiva que o tema do presente trabalho foi escolhido.

Trabalhar acerca dessa temática nas escolas é de extrema importância, porém não se pode negar que é desafiadora. Apesar das propostas de conscientização e dos direitos assegurados por lei, nota-se que a compreensão por grande parte das pessoas é algo muito limitado e superficial, pois muitos associam a acessibilidade somente a presença ou ausência de “rampas” nos espaços públicos e privados. Todavia, a acessibilidade não se limita apenas à construção ou a ausência delas, a acessibilidade engloba o diálogo, o acesso a qualquer espaço e a informações, por exemplo.

No que diz respeito à infraestrutura, a norma reguladora NBR 9050, criada por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) garante através dos parâmetros técnicos locais mais acessíveis, seja durante a reforma do local, seja na construção do mesmo, conforme o Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que afirma: Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade [acessibilidade arquitetônica e comunicacional]. (Decreto nº 3.298, de 20/12/99, art. 24, § 5º).

É importante salientar que a acessibilidade não é apenas um privilégio das pessoas com deficiência, tendo em vista que todos têm o direito de ir e vir de forma segura, independente e confortável, bem como de usufruir de todos os recursos presentes em qualquer ambiente, principalmente no espaço escolar.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi investigar acerca da garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil, para isso foi

utilizado como instrumento de pesquisa um questionário contendo perguntas abertas com o intuito de verificar a infraestrutura das instituições de ensino das escolas municipais do brejo paraibano, como também analisar a metodologia de trabalho utilizada pelos professores da educação infantil e averiguar a presença e participação das crianças durante as atividades propostas em sala.

O respectivo trabalho está estruturado em quatro partes. O primeiro capítulo contextualiza, evidencia inúmeros problemas na educação e também traz possíveis soluções. O segundo capítulo traz a metodologia utilizada, destacando o tipo de pesquisa, o público e o instrumento utilizado para a obtenção dos dados. O terceiro capítulo destaca os resultados alcançados através da aplicação do questionário e o quarto capítulo mostra por meio das considerações finais informações primordiais que ajudarão a compreender o atual cenário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Segundo a Lei nº 10.098/2000 e a NBR 9050 da ABNT, a acessibilidade é acessar sem barreiras ou qualquer obstáculo os espaços públicos, os mobiliários urbanos, as construções, as reformas, os transportes e os meios de comunicação.

No que diz respeito à inclusão a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), busca promover e assegurar que as pessoas com deficiência exerçam seus direitos e sua liberdade, conforme é descrita:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Portanto, pode-se compreender a acessibilidade como acessar com segurança e autonomia qualquer lugar ou manusear qualquer objeto. No que se refere a inclusão, a mesma busca assegurar os direitos das pessoas com deficiência, para que elas não somente tenham seus direitos garantidos, mas também possam ser livres para estar nas escolas, nos espaços públicos, nos transportes e ainda possa interagir com o outro.

2.2 DA HISTÓRIA À VIDA REAL

A inclusão que tanto debatemos na contemporaneidade, segundo os relatos históricos, foi um processo doloroso. No início da Era Cristã as pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial foram alvos do ódio que circundava a sociedade naquela época.

Conforme afirma Sêneca, citado por Moisés (1977, p.14):

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompe-las (Sobre a Ira, I).

Posteriormente, na Roma do tempo de Césares, as pessoas com deficiências mentais eram levadas para trabalhar nos circos ou tratadas como bobos. Mais adiante, na Grécia Antiga, o corpo é visto de maneira exacerbada e por isso as pessoas com deficiência eram escondidas ou até mesmo sacrificadas.

Em Atenas, o nascimento de uma criança era celebrado com alegria. Segundo a tradição, os pais deveriam organizar uma comemoração e na ocasião elevar a criança para mostrar a todos. Quando a festa não acontecia, todos já sabiam o motivo e cabia ao pai exterminar seu filho ou abandoná-lo.

Por volta do século IV a.C em Esparta, as crianças com deficiência mental ou física, eram vistas como subumanas e por esse motivo eram abandonadas ou lançadas em precipícios. Por medo de acontecer algo com os seus filhos, as famílias importantes levavam o seu bebê assim que nascia para ser examinado por uma comissão composta por anciãos. Entretanto, caso essa criança não fosse saudável, feia e franzina, ela era levada para um depósito, onde lá arremessada de um abismo e morria.

Além disso, as pessoas com deficiência eram nomeadas com termos pejorativos, como: indivíduos de capacidade limitada, descapacitados, minorados ou inválidos. As pessoas com alguma limitação também eram jogadas no mar, ridicularizadas nos jardins zoológicos ou até mesmo tinham suas vidas ceifadas por serem vistas como seres inferiores quando comparadas com outras pessoas conforme relatado anteriormente.

Com a chegada do Cristianismo, as pessoas com deficiência não podiam ser maltratadas, abandonadas ou mortas porque isso era considerado inaceitável, tendo em vista que agora todos eram considerados iguais e filhos de Deus.

De fato, é perceptível o quão doloroso foi esse período, contudo, através dessas pessoas grandes conquistas foram alcançadas, principalmente com relação à educação, conforme o avanço da legislação exemplificados abaixo:

1961 – Lei Nº 4.024

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) traz o atendimento educacional as pessoas nomeadas como “excepcionais” como meio de fazer parte do sistema educacional e também como forma de incluí-los na sociedade (o respectivo termo encontra-se atualmente em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência).

1971 – Lei Nº 5.692

Nesse período a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação é feita e conseqüentemente se sobrepõe a anterior, pois defende que as pessoas com

deficiências físicas ou mentais, aqueles com atraso quanto a idade de matrícula e os superdotados frequentem a escola especial.

1988 – Constituição Federal

A Constituição Federal traz a educação básica como obrigatória e gratuita, afirma ainda que o Estado deve garantir condições igualitárias de acesso e permanência dos alunos na escola, oferecendo, por exemplo, o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino.

1989 – Lei Nº 7.853

Esta lei traz como obrigatoriedade a inserção das escolas especiais, públicas e privadas no sistema educacional, bem como assegura gratuitamente a Educação Especial em estabelecimento público, excluindo de maneira clara grande parte das crianças por acreditarem que elas não possuem capacidade de se relacionar com o outro e muito menos de aprender.

1990 – Lei Nº 8.069

A respectiva lei, também nomeada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o atendimento educacional especializado, bem como prioriza o atendimento que previne e protege famílias das crianças e adolescentes com deficiência.

1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos

O documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) afirmam que é necessário garantir o acesso à educação aos portadores de deficiência (atualmente, o termo “portador” não é utilizado).

1994 – Política Nacional de Educação Especial

Excluí do sistema regular de ensino os alunos que não conseguem acompanhar e desenvolver as atividades propostas em sala, ou seja, por não acompanharem os demais da turma devem ser direcionados para a Educação Especial.

1994 – Declaração de Salamanca

O respectivo documento trata de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) na qual foi concebida na Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca. O documento traz as necessidades educativas, orienta para ações de níveis que variam entre regionais, nacionais e até mesmo internacionais acerca da estrutura de ação em Educação Especial, o documento ainda menciona assuntos referentes à administração, contratação de professores, etc.

1996 – Lei Nº 9.394

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz mais uma vez o atendimento educacional especializado para atender as pessoas com deficiência na escola, porém ressalta que se necessário esse atendimento também poderá acontecer em outros locais, como: escolas, salas de aula ou serviços especializados.

Diferente das leis anteriores, aqui são abordados acerca da formação docente e dos currículos, técnicas e materiais que atendam as necessidades das crianças com deficiência, altas habilidades ou superdotação e transtornos globais do desenvolvimento.

1999 – Decreto Nº 3.298

O respectivo decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89 e traz como intuito principal integrar as pessoas com deficiência no contexto cultural e socioeconômico. O texto ainda acrescenta que a Educação Especial é um complemento do ensino regular.

1999 – Convenção da Guatemala

A Convenção da Guatemala ou Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência afirma que todos possuem os mesmos direitos, inclusive o de não sofrer discriminação por ser uma pessoa com deficiência, por exemplo. Referente ao termo “portador” o mesmo não é mais utilizado.

2001 – Lei Nº 10.172

O antigo Plano Nacional de Educação (PNE) apresentava entre suas metas e objetivos que a Educação Especial deveria ser uma modalidade de ensino e que as vagas no ensino regular para as pessoas com deficiência deveriam ser garantidas.

2001 – Resolução CNE/CEB Nº 2

O Conselho Nacional de Educação (CNE) afirma que todos os alunos devem ser matriculados na escola e que é de responsabilidade das instituições oferecer condições para que se tenha uma educação de qualidade. Entretanto, o texto traz como possibilidade substituir o ensino regular para o atendimento especializado e acredita que o atendimento escolar para os alunos com deficiência começa na educação infantil.

2002 – Resolução CNE/CP Nº 1/2002

A resolução afirma que a formação dos educadores no nível superior deve trabalhar sobre a Educação Inclusiva de modo a estudar acerca das crianças, adolescentes, jovens e adultos, bem como sobre as particularidades de cada aluno de modo a identificar suas necessidades educacionais.

2002 – Lei Nº 10.436/02

A respectiva lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal para se expressar e se comunicar.

2005 – Decreto Nº 5.626/05

Regulamenta a Lei Nº 10.436 que trata sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos trata sobre as pessoas com deficiência nos currículos das escolas. O respectivo documento foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em parceria com a Unesco e os Ministérios da Justiça e da Educação.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

No que se refere a Educação Inclusiva, o PDE aborda questões sobre a infraestrutura das instituições de ensino, acessibilidade, formação dos educadores e as salas de recursos multifuncionais.

2007 – Decreto Nº 6.094/07

Destaca sobre o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência e a inclusão dos mesmos nas escolas públicas.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Este é um documento que traça todos os fatos ocorridos sobre a inclusão escolar no Brasil, fortalecendo as políticas públicas que promovem uma educação de qualidade para todos.

2008 – Decreto Nº 6.571

O respectivo decreto traz o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como meio de auxiliar a formação dos alunos no ensino regular, para isso o decreto obriga a União a dar suporte técnico e financeiro as escolas públicas e a integrar ao projeto pedagógico da escola o AEE.

2009 – Resolução Nº 4 CNE/CEB

Esta resolução orienta como deve funcionar o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O serviço deve ser oferecido no contraturno e de preferência nas salas de recursos multifuncionais.

2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) esta convenção afirma que é de total responsabilidade dos países garantir em todas as etapas de ensino um sistema de Educação Inclusiva.

2011 – Decreto Nº 7.611

Este decreto revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e traz novas diretrizes de responsabilidade do Estado para com a educação dos estudantes da Educação Especial, como: um sistema educacional mais inclusivo, ensino fundamental gratuito, adaptações que atendam as necessidades individuais de cada aluno e medidas de apoio que ajudem no bom desenvolvimento estudantil e social.

2011 – Decreto Nº 7.480

A Educação Especial e Inclusiva até o ano de 2011 tinha suas decisões definidas na Secretaria de Educação Especial (Seesp) do Ministério da Educação (MEC). Atualmente, a pasta está sob as determinações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

2012 – Lei nº 12.764

A presente lei determina a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.

2014 – Plano Nacional de Educação (PNE)

Este plano traz dois assuntos relevantes, o primeiro diz respeito as metas sobre a educação e o segundo sobre a palavra “preferencialmente” que é uma barreira para a inclusão. Segundo o PNE, todos os estudantes de 4 a 17 anos devem ter acesso à educação básica, ao atendimento educacional especializado, as salas de recursos multifuncionais e as salas de aula. Além disso, segundo especialistas, o termo “preferencialmente” é um entrave para que a inclusão ocorra, pois esse termo dá espaço para que os educandos com deficiência continuem matriculados somente nas escolas especiais.

2015 – Declaração de Incheon

Após participar do Fórum Mundial de Educação na Coreia do Sul, mais precisamente em Incheon, o Brasil assinou a declaração na qual se comprometia trabalhar em conjunto visando alcançar uma educação inclusiva e não menos importante, uma educação de qualidade.

2015 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Através da Declaração de Incheon, o documento da Unesco traz mais de 10 objetivos que devem ser executados até 2030. Em um dos itens, o documento traz como objetivo assegurar a Educação Inclusiva de qualidade, e oferecer oportunidades de aprendizagem para todos.

2019 – Decreto Nº 9.465

Neste decreto a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) é extinta dando lugar a Secretaria de Mobilidades Especializadas de Educação. A nova pasta conta com três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

2020 – Decreto Nº 10.502 – Política Nacional de Educação Especial

Este decreto institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, representando segundo as organizações da sociedade civil um imenso risco de retrocesso na inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, podendo inclusive substituir a Política Nacional de Educação Especial.

2.3 ELIMINANDO OS ENTRAVES NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

As barreiras estão presentes em todo e em qualquer lugar, inclusive na escola, mas afinal o que são barreiras? As barreiras são entraves ou atitudes que impossibilitam as pessoas de acessarem com segurança e autonomia os espaços que desejam, bem como de se comunicar ou até mesmo de obter informações, isso porque a acessibilidade não está ligada somente a questão de entrar em locais que tenha rampas, escadas, piso tátil ou elevador. Quando falamos de acessibilidade também estamos nos referindo as suas dimensões, são elas: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

De acordo com Sassaki (2010, p. 1):

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

A dimensão arquitetônica está ligada diretamente à ausência de barreiras físicas. Na educação esta dimensão orienta que as instituições de ensino garantam acessibilidade desde a entrada da escola, sendo fundamental, guias rebaixadas na frente da instituição e na parte interna, portas largas, torneiras acessíveis, materiais

em locais apropriados, espaços amplos e que apresentem faixas de alto contraste como forma de identificação, elevadores, rampas e equipamentos que ampliem letras para melhor manusear recursos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem.

Conforme o Decreto nº 5.296, de 2004, em seu Art. 24:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

No que diz respeito a dimensão comunicacional a mesma está relacionada a ausência de barreiras na comunicação de uma pessoa para com outra, ou seja, no meio educacional é primordial que todos apresentem conhecimento básico de Libras para se comunicar com alunos e funcionários surdos, conhecimento em braile e sorobã para auxiliar alunos cegos, letras ampliadas para que alunos com baixa visão possam ler e computadores e/ou notebooks para pessoas com restrições motoras nas mãos.

A dimensão metodológica diz respeito a ausência de barreiras nos métodos e nas técnicas de lazer, trabalho e principalmente na educação. No meio educacional nota-se que é primordial utilizar materiais que atendam a necessidade de cada estudante, bem como aprender e pôr em prática os mais diversos estilos de aprendizagem.

Na dimensão instrumental as barreiras nos instrumentos e nas ferramentas não devem existir. Na educação esta dimensão mostra a necessidade de adaptar o uso de materiais para escrever como o lápis, por exemplo, nas bibliotecas devem ter livros em braile e ainda dispositivos que servirão para anotações e por fim ferramentas que facilitem o acesso a gavetas, prateleiras, computadores e demais acessórios.

De acordo com a Lei nº 9.045 de 1995:

A Lei federal nº 9.045, de 18/5/95, autoriza o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade, das editoras de todo o País, de reproduzir seus livros em braile, em regime de proporcionalidade, e de permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de livros já divulgados, para uso exclusivo de cegos. Em havendo concordância dos autores, a reprodução em braile deverá ser feita pela Imprensa Braile ou pelos Centros de Produção de Braile, credenciados pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Cultura.

A dimensão programática é a ausência de barreiras nas políticas públicas, regras e legislações, ou seja, na escola esta respectiva dimensão é analisada

cuidadosamente de modo a garantir que as barreiras invisíveis sejam eliminadas e não impeçam a participação segura e com autonomia de todos os alunos.

A dimensão atitudinal trata dos estigmas, discriminações e preconceitos da sociedade diante das pessoas com deficiência. Na escola o trabalho de conscientização deve ser realizado de modo a evitar que episódios de discriminação e preconceito aconteça, para isso é fundamental um trabalho desenvolvido em conjunto entre família e escola.

Segundo Tavares (2012, p. 104):

(...) as barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidos ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos.

2.4 A DESIGUALDADE SOCIAL COMO BARREIRA DE ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Acreditou-se por muitos anos que a escola seria um espaço capaz de minimizar as desigualdades sociais e a promover oportunidades para todas as pessoas. De fato, esta é uma das funções da escola, contudo não se esperava que o problema adentasse nas salas de aula. Atualmente, a pobreza é um dos problemas mais evidentes e senão o que exige mais atenção, pois por meio dela muitas crianças e adolescentes precisam trabalhar para conseguir no mínimo o que comer e por isso abandonam a escola. Além desses problemas, o gênero e raça também fazem parte da lista da desigualdade social. No que se refere as pessoas com deficiência o problema é ainda maior, tendo em vista que essas pessoas precisam lidar com a falta de recursos financeiros, bullying, preconceito e acessibilidade.

Décadas se passaram e sem dúvidas mudanças significativas ocorreram, contudo, na contemporaneidade os problemas ainda existem, a exemplo disso pode-se citar as obras do professor e escritor Hugo Otto que afirma que nunca houve escola para todos, ou seja, para ele não somente a escola, mas também a educação sempre foi um privilégio das pessoas que possui um bom poder aquisitivo. Infelizmente, a afirmação feita pelo autor é uma realidade não tão distante de nós, afinal quem nunca estudou ou conheceu alguém com deficiência que tenha enfrentado inúmeras dificuldades durante sua trajetória estudantil? De fato, muitas melhorias já

aconteceram, entretanto, as mesmas não foram suficientes a ponto de sanar todos os obstáculos que separam a criança e a escola, como a desigualdade social.

Para Sasaki (2020, p. 02):

É uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Em 2019, segundo o Censo Escolar, as escolas públicas especializadas no Brasil apresentavam um percentual inferior que 50%, enquanto as escolas particulares totalizaram cerca de 80%. Diante desses dados, é evidente que as pessoas com deficiência ou até mesmo com mobilidade reduzida sofrem em busca de uma educação de qualidade, pois se deparam diariamente com a falta de acessibilidade no que diz respeito à infraestrutura, a ausência de materiais pedagógicos ou até mesmo com a falta de profissionais qualificados para atender as necessidades de cada estudante.

Conforme a Declaração de Salamanca:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades (Salamanca, apud MEC, 2005, p. 16).

2.5 A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PASSOS PARA UMA SOCIEDADE CONSCIENTE

Muito se debate sobre a falta de conscientização das pessoas quando o assunto é acessibilidade e inclusão, contudo, já parou para pensar que uma possível solução para este problema seria trabalhar sobre ambos os temas desde a educação infantil? Pois é, o processo de conscientização deve ser trabalhado com os pequenos desde cedo.

De acordo com Sasaki (2009, p.6):

Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade.

Ao longo do desenvolvimento infantil é primordial promover atividades que trabalhem o respeito, como também os direitos e deveres de cada um, pois é nessa fase que a inteligência, a linguagem e socialização se desenvolvem, por exemplo.

Conforme Mendes (2010, p. 47-48):

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade de interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Mesmo sabendo do quão importante é a educação infantil e o quanto é necessário incluir e também trabalhar acerca da inclusão em sala, não se pode negar os desafios para que isso aconteça. O sistema educativo é frágil e carece de recursos financeiros para que a infraestrutura das escolas seja modificada e os seus materiais sejam adaptados, bem como oferecer capacitações aos educadores para que eles conheçam o meio em que estão inseridos, respeitando todos e sabendo o que fazer para ajudá-los. Conforme as teorias de um dos intelectuais mais importantes do século XX, Pierre Bourdieu, o habitus é aquilo que uma pessoa aprende e passa a reproduzir, ou seja, ao trabalhar atitudes concretas sobre a acessibilidade e inclusão, sem dúvidas estaremos dando passos importantes para no futuro ter uma sociedade cada vez mais consciente e inclusiva.

De acordo com Sasaki (2010, p.6):

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

Portanto, o passo mais importante para tornar a sociedade mais consciente, acessível e inclusiva, começa sem dúvidas a partir de um trabalho desenvolvido em todo sistema educacional, mas principalmente na educação infantil, pois é nessa fase que a criança começa a desenvolver sua linguagem, sua forma de pensar e conseqüentemente suas ações. Além disso, é a partir da educação infantil que ela passa a conhecer novas pessoas para além do seu ciclo familiar.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma das etapas mais importantes da pesquisa, pois por meio dela serão obtidas informações importantes acerca da temática abordada. Para Gil (1999, p.08) “Pode-se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Diante disso, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica que possibilitou abranger ainda mais os conhecimentos para além daqueles que já havia adquirido. Para Gil (2008, p.50) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

3.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo de caráter exploratório, pois tem como intuito analisar sobre a garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil, para isso foram analisadas fontes como livros, documentos e revistas de modo a obter mais conhecimento acerca da temática e conseqüentemente se familiarizar cada vez mais sobre o assunto.

Conforme afirma Richardson (2013, p.27):

A terceira etapa do método científico é a procura de informações sobre o fenômeno escolhido. Nessa etapa, o pesquisador tem a responsabilidade de procurar tudo o que existe sobre o fenômeno. A fonte principal são livros, revistas e relatórios de pesquisas. Atualmente, a internet está-se transformando em importante fonte de referência.

Assim, o método utilizado foi o indutivo, tendo em vista todos os pontos primordiais observados no decorrer da pesquisa e que sem dúvidas contribuirá significativamente para a sociedade, em especial para as pessoas com deficiência.

Referente a natureza da pesquisa, a mesma é qualitativa, pois buscou desenvolver, coletar materiais de estudos e obter respostas que auxiliem a compreender cada vez mais sobre a acessibilidade e a inclusão, como também ajudar de alguma maneira a minimizar as inúmeras problemáticas por trás da temática principal dessa pesquisa, não se limitando aos números.

De acordo com Richardson (1999, p.90):

A pesquisa qualitativa por ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentada pelos entrevistados, em lugar da produção e de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

3.2 Delimitação da pesquisa

A pesquisa foi direcionada aos educadores que trabalham na educação infantil das escolas municipais localizadas na zona urbana do brejo paraibano no final de 2022 e início de 2023.

De início, ocorreu uma visita de maneira informal as escolas, onde foi dialogado com os gestores o intuito da visita e o quão seria importante o envolvimento deles juntamente com os docentes para obtermos informações acerca do tema.

Desse modo, com o universo de 15 (quinze) professores, obtemos uma amostra de 60% (nove docentes) que trabalham inclusive com alunos com deficiência se disponibilizaram a ajudar e responderam o questionário que além de perguntas pessoais sobre o entrevistado, conta com onze perguntas abertas.

3.3 Coleta de dados

Os instrumentos usados para a coleta das informações foram as observações durante visitas às escolas, como também a aplicação dos questionários (Apêndice A). Segundo Gil (1999, p. 121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoa com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, tremores, comportamento presente ou passado etc.

O instrumento de pesquisa utilizado possuía onze perguntas abertas, ou seja, perguntas que buscavam o posicionamento por parte dos docentes sobre a acessibilidade e inclusão.

Este questionário foi dividido em duas partes, são elas: informações sobre o entrevistado (nome, idade, escolaridade, área de formação acadêmica e tempo de docência) e a segunda parte do respectivo questionário tinha como objetivo obter informações sobre a docência e a escola que o mesmo trabalha.

3.4 Sobre a análise dos dados

No que se refere a análise dos dados, optamos pela Análise de Conteúdo por ser o método mais adequado para o tipo de pesquisa, pois segundo Berelson (1952, p. 13) “Uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.”

Sendo assim, é importante destacar que a análise de conteúdo está inserida em vários campos do conhecimento, dividindo-se em três fases: a fase de pré - análise, a fase de exploração do material e por fim a fase de tratamento de dados e interpretação.

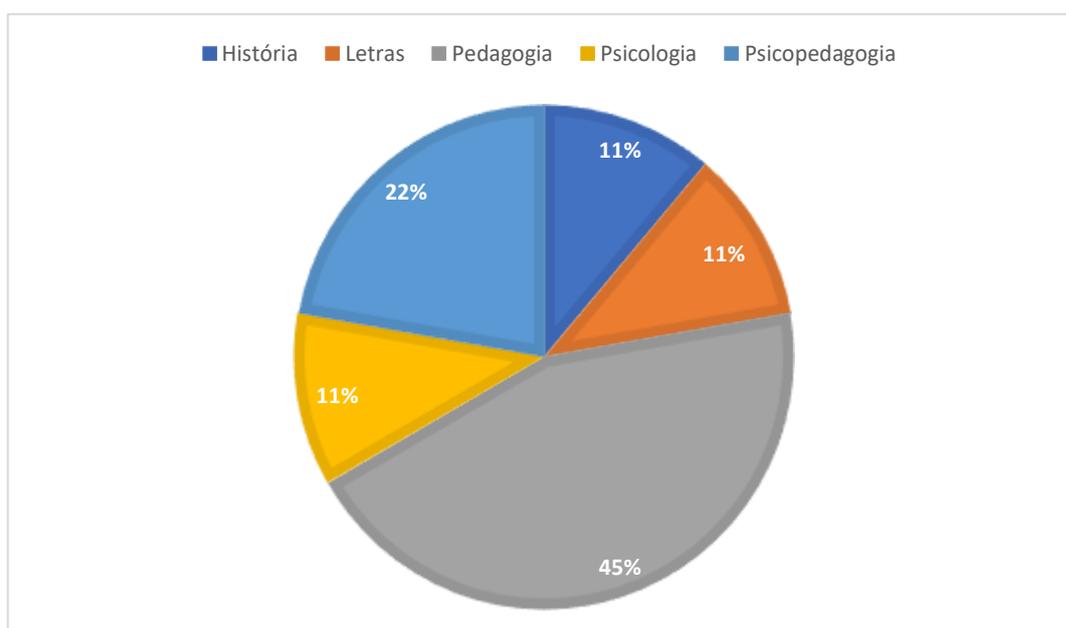
A pré – análise é a etapa inicial em que ocorre os primeiros contatos com os materiais de fundamento teórico, na segunda fase acontece a exploração desses materiais e na última fase o objetivo é tornar os dados válidos e significativos.

Portanto, para compreender melhor sobre os dados obtidos, os resultados foram apresentados por meio de gráficos e comentários, de modo a validar e a tornar significativo os dados encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo irá mostrar os resultados obtidos através da aplicação de um questionário na qual possui além dos dados do entrevistado onze perguntas acerca da docência. Os questionários foram aplicados a dez professores da educação infantil, ambos profissionais da rede municipal de ensino do brejo paraibano, entretanto somente nove educadores responderam às perguntas. As respostas foram analisadas e em seguida transferidas para os Gráficos de modo a facilitar a compreensão e conseqüentemente realizar uma análise mais detalhada acerca da garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil.

Gráfico 1 – Área de formação acadêmica



Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 1 apresenta a área de formação dos professores entrevistados que trabalham em escolas municipais do brejo paraibano. Analisando os dados apresentados anteriormente, pode-se observar que a formação acadêmica predominante é na área de pedagogia totalizando 45%, seguida de psicopedagogia com 22% e logo depois história, letras e psicologia com 11%.

A formação acadêmica é fundamental para garantir que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, pois segundo Libâneo (2006, p.16) “O trabalho docente é

parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social.”

Gráfico 2 – Tempo de docência



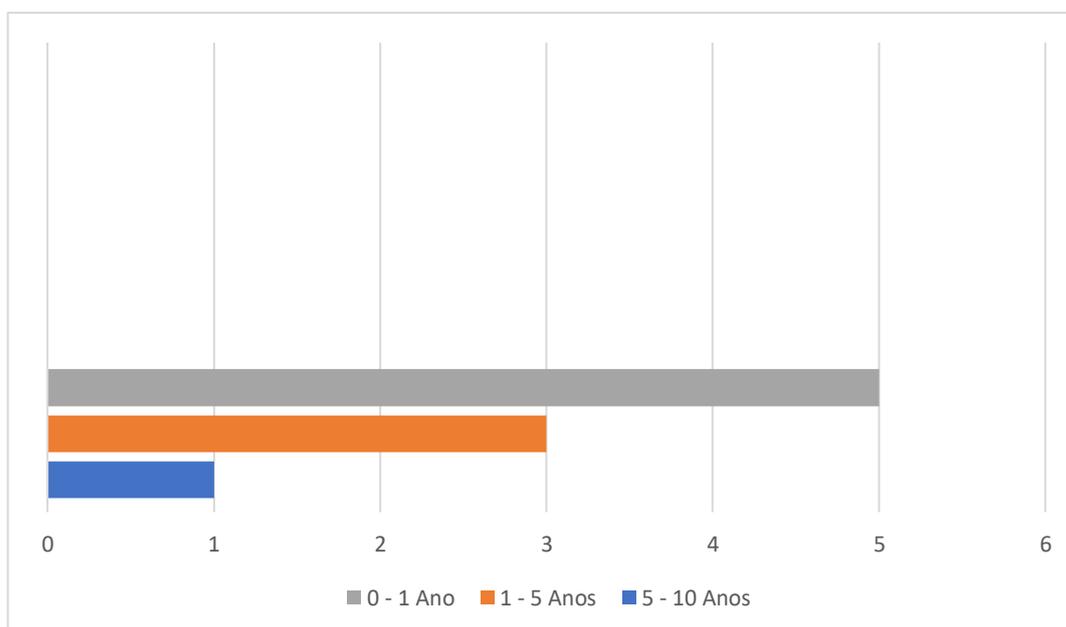
Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 2, evidencia o tempo de docência dos professores entrevistados, onde conforme os dados obtidos, 44,44% lecionam entre 1 – 5 anos, os outros 44,44% entre 10 – 20 anos e somente 11,11% apresentam mais de 20 anos em sala de aula. É notório que dentre os entrevistados os educadores com maior tempo de experiência apresentam-se em uma porcentagem bem inferior quando comparados aos docentes que ingressaram recentemente no mercado de trabalho, como os que responderam que trabalham entre 1 – 5 anos, por exemplo.

Nessa perspectiva, durante o diálogo com os professores, é possível identificar que apesar de pouco tempo lecionando, eles tinham algumas dificuldades, principalmente para lidar com os alunos com deficiência. Os professores afirmaram enfrentar alguns problemas, dentre eles estão a falta de suporte familiar em diversos aspectos, como: não aceitar que o seu filho é autista, por exemplo, não realizar o acompanhamento conforme orientações médicas e dos demais profissionais capacitados ou até mesmo faltar com frequência as aulas.

Para os professores e gestores o maior empecilho para desenvolver um trabalho de qualidade é a falta de apoio familiar, refletindo diretamente no desenvolvimento do aluno. Pois, de fato, o trabalho desenvolvido em conjunto traz resultados significativos, conforme alguns educadores e diretores relataram.

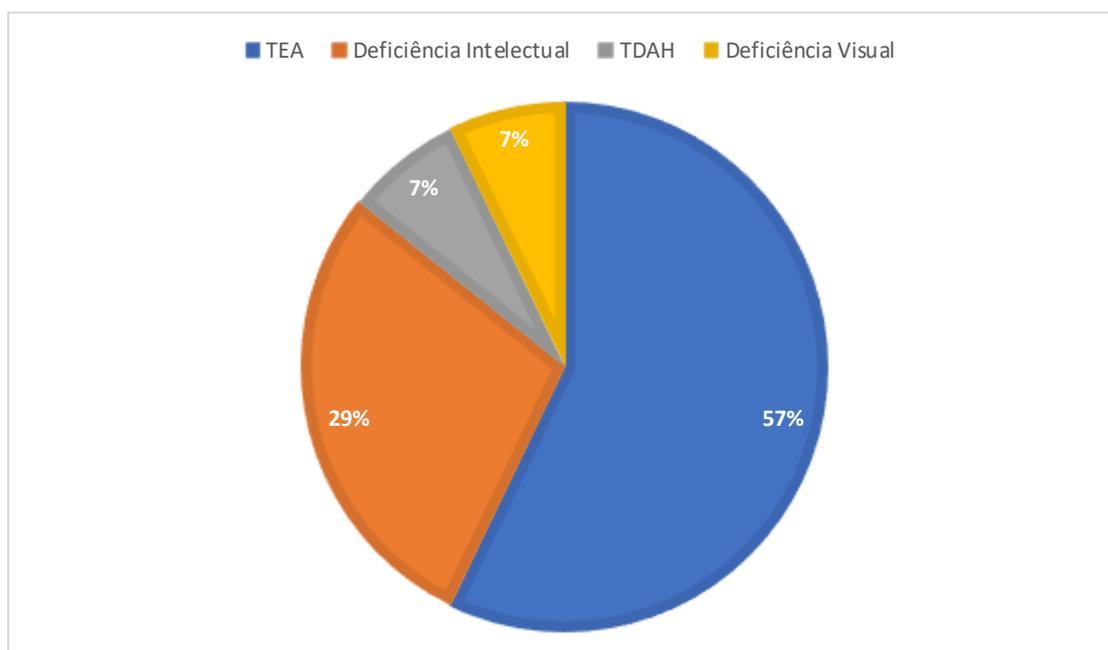
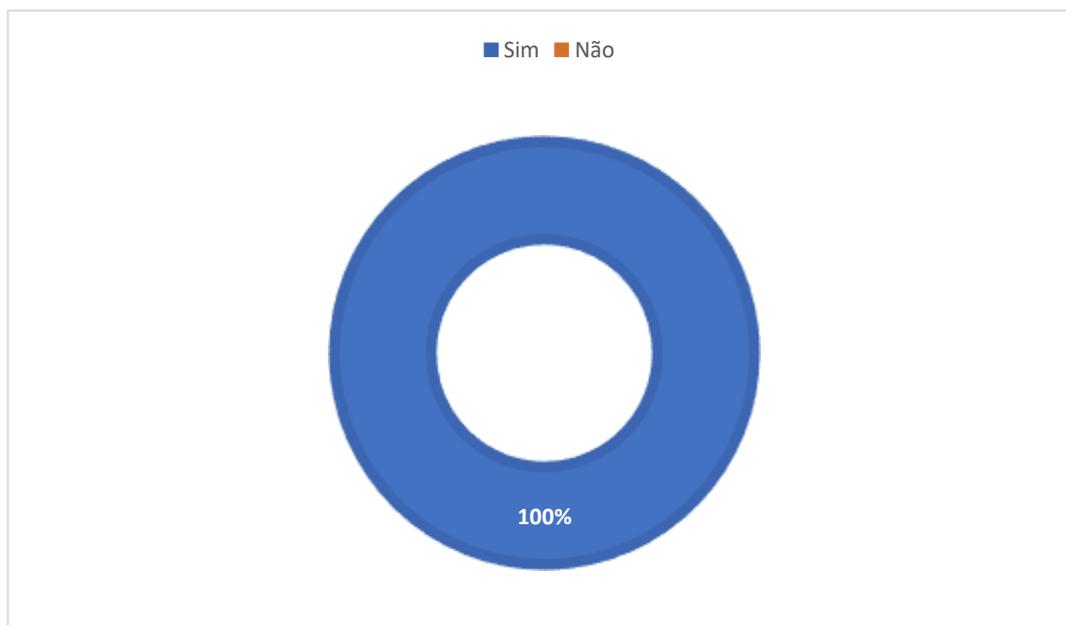
Gráfico 3 – Há quanto tempo você trabalha na escola?



Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 3, buscou analisar o tempo de trabalho de cada docente na respectiva instituição que a pesquisa foi realizada. Mediante as respostas é perceptível que recentemente novos profissionais foram contratados, pois segundo os dados acima nota-se que 55,55% dos professores entrevistados trabalham na escola de 0-1 ano, entre 1 – 5 anos esse número reduz para 33,33% e somente 11,11% prestam serviço entre 5 – 10 anos.

Gráfico 4 – Você já teve algum aluno com deficiência? Se sim, especifique.



Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 4, buscou investigar dentre os entrevistados se eles já ensinaram a algum aluno com deficiência. Diante das respostas obtidas, pode-se perceber que 100% dos docentes já lecionaram para algum aluno com deficiência. Segundo os docentes eles já tiveram em sala alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) totalizando 57%, alunos com Deficiência Intelectual com 29% e logo depois alunos

com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Deficiência Visual somando 7% cada um.

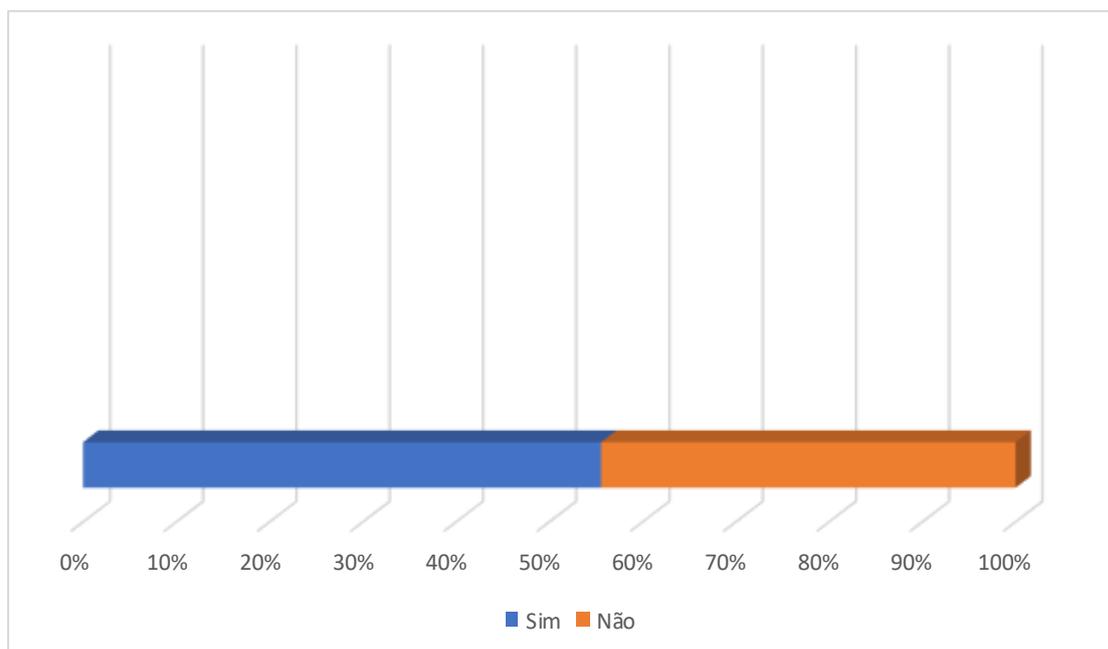
O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um problema no desenvolvimento neurológico que interfere na organização dos sentimentos, pensamentos e emoções. As principais características, são: dificuldade de comunicação, socialização e comportamento repetitivo.

Na Deficiência Intelectual o funcionamento cognitivo está abaixo do que é considerado normal, diante disso o aluno não possui interesse para a realizar as atividades, interage muito pouco com os seus colegas e com a sua professora, apresenta dificuldade em sua coordenação motora, possui dificuldade para identificar as letras, dificuldade para desenvolver a fala, etc.

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, onde o aluno é desatento ao realizar as atividades, por exemplo, como também é inquieto ao longo das aulas e impulsivo.

A Deficiência visual é a perda total ou a redução da capacidade visual de maneira definitiva, ou seja, que não melhora ou é corrigida ao utilizar óculos, lentes ou tratamento cirúrgico. É importante salientar que a Deficiência Visual se classifica em diferentes graus, são eles: baixa visão, próximo à cegueira e cegueira.

Gráfico 5 - A escola já promoveu palestras para os professores lidar com a inclusão?



Fonte: Pesquisador, 2023.

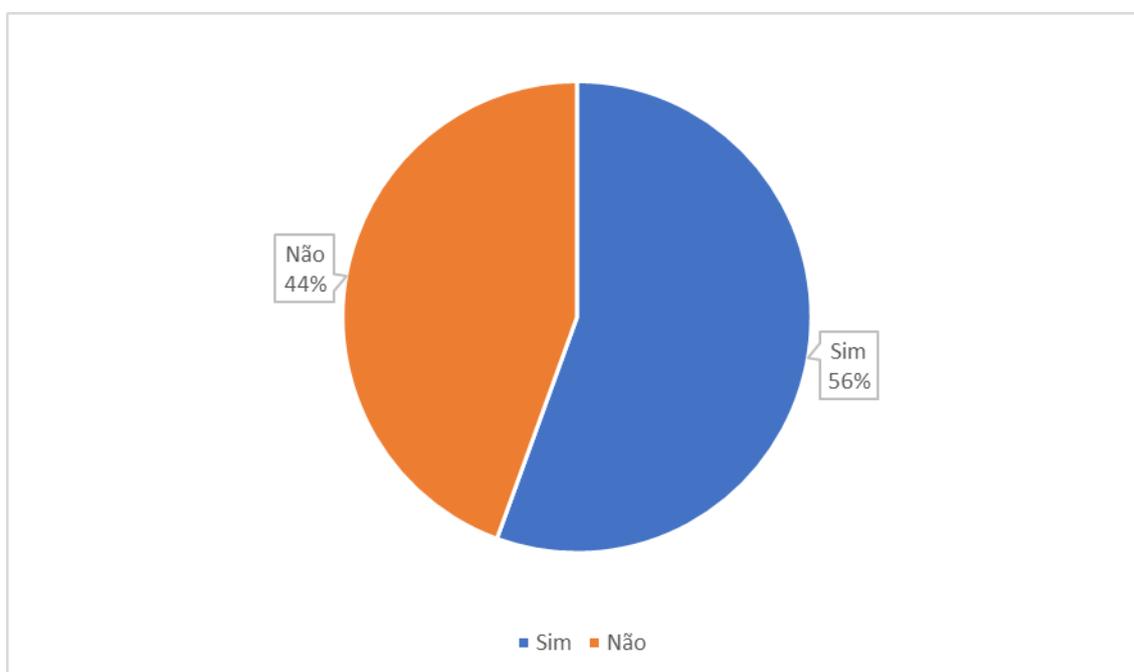
O Gráfico 5, buscou questionar os docentes entrevistados sobre a instituição de ensino em que eles trabalham, mais precisamente sobre palestras promovidas pela escola para que eles pudessem compreender ainda mais sobre a inclusão e conseqüentemente pudesse atender da melhor forma cada aluno, garantindo sobretudo uma aprendizagem de qualidade.

Diante das respostas obtidas, pode-se perceber que mais de 50% responderam que as escolas promovem palestras, inclusive um dos professores respondeu que a psicopedagoga do município sempre orienta os educadores sobre a melhor maneira de ensinar cada aluno em sala de aula. Outra professora também informou que a escola se preocupa com essas questões e por isso, durante as reuniões com os familiares aborda sobre a temática. Por outro lado, cerca de 40% informaram que até o momento não receberam nenhuma orientação e também não participaram de nenhuma palestra promovida pela escola.

Para Mantoan (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Gráfico 6 - Trabalha ou já trabalhou com alguém com deficiência?



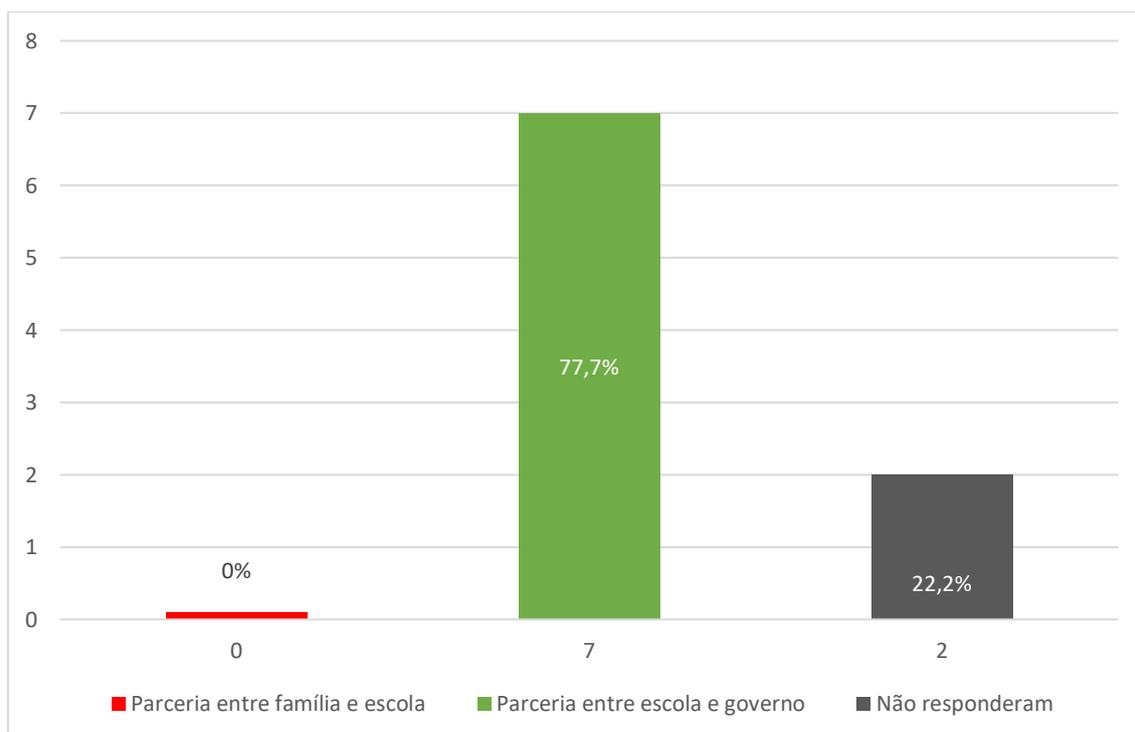
Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 6, traz dados referentes ao ambiente de trabalho dos entrevistados, mais especificamente sobre outros educadores ou demais funcionários da escola com deficiência. Diante das respostas obtidas, nota-se que 56% já trabalharam com alguém com deficiência e somente 44% afirmaram nunca ter trabalhado.

Esse questionamento foi necessário para compreender um pouco mais o ambiente de trabalho de cada docente, bem como as possíveis experiências adquiridas, pois sabemos que atualmente existem oportunidades de emprego exclusivamente para pessoas com deficiência, entretanto além da oportunidade outros desafios estão presentes, como: condições de trabalho e acolhimento por parte dos demais funcionários.

No caso dessa pergunta que é exclusiva a escola, não podemos negar que encontrar um profissional com deficiência na instituição já é uma forma de mostrar na prática a inclusão, sendo exemplo na escola e para além dos muros da própria instituição de ensino.

Gráfico 7 - No caso de a escola ter algum aluno com deficiência, quem garante a adaptação da escola? De onde vem o recurso?



Fonte: Pesquisador, 2023.

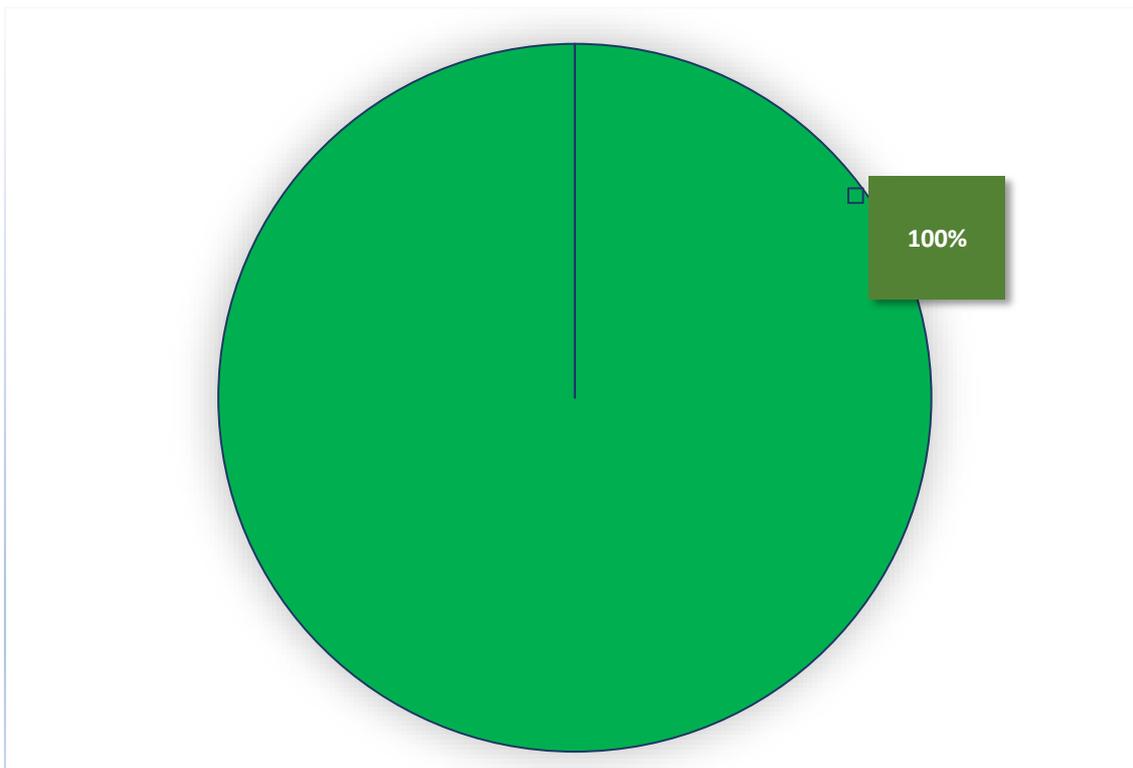
O Gráfico 7, mostra que as escolas garantem a adaptação do local para alunos com deficiência mediante uma parceria entre a própria instituição e o governo, conforme responderam 77,7% dos professores, já os outros 22,2% dos educadores optaram por não responder à pergunta.

Essa pergunta é indispensável, afinal por meio dela pode-se averiguar se as crianças estão tendo seus direitos garantidos tendo em vista que a educação é direito de todos. Além disso, é importante destacar que caso alguma escola não aceite o aluno com deficiência, ela estará cometendo um crime independente de ser uma instituição pública ou privada, conforme assegura a Lei nº 7.853, de 1989, Art. 8º:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa: I – Recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.

Faz-se necessário ressaltar que apesar da família e da escola buscarem excelentes condições de aprendizagem, a família da pessoa com deficiência não pode e não devem em hipótese alguma arcar com despesas para que a criança estude em determinada escola, pois essa adaptação deve ser feita pela própria escola em parceria com o município e o estado.

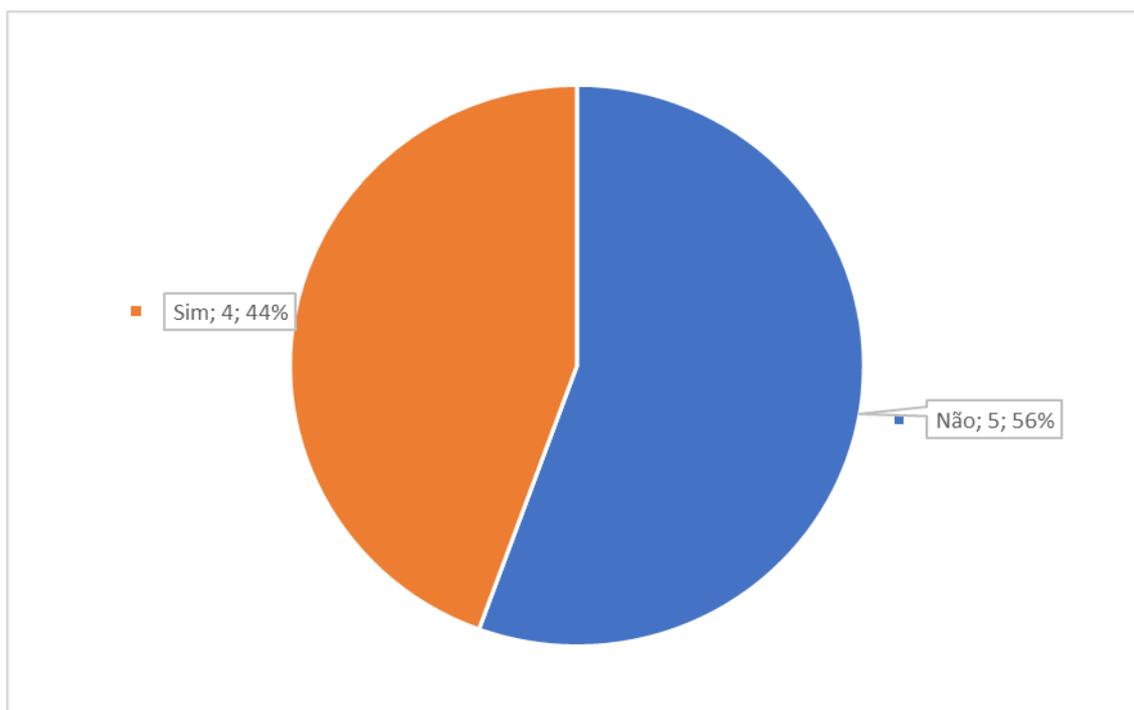
Gráfico 8 - Caso o aluno com deficiência não esteja tendo seus direitos garantidos o que você faz para ajudá-lo?



Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 8, traz que 100% dos professores afirmaram haver um diálogo entre escola, família e Secretária Municipal de Educação caso o aluno com deficiência não esteja tendo seus direitos garantidos.

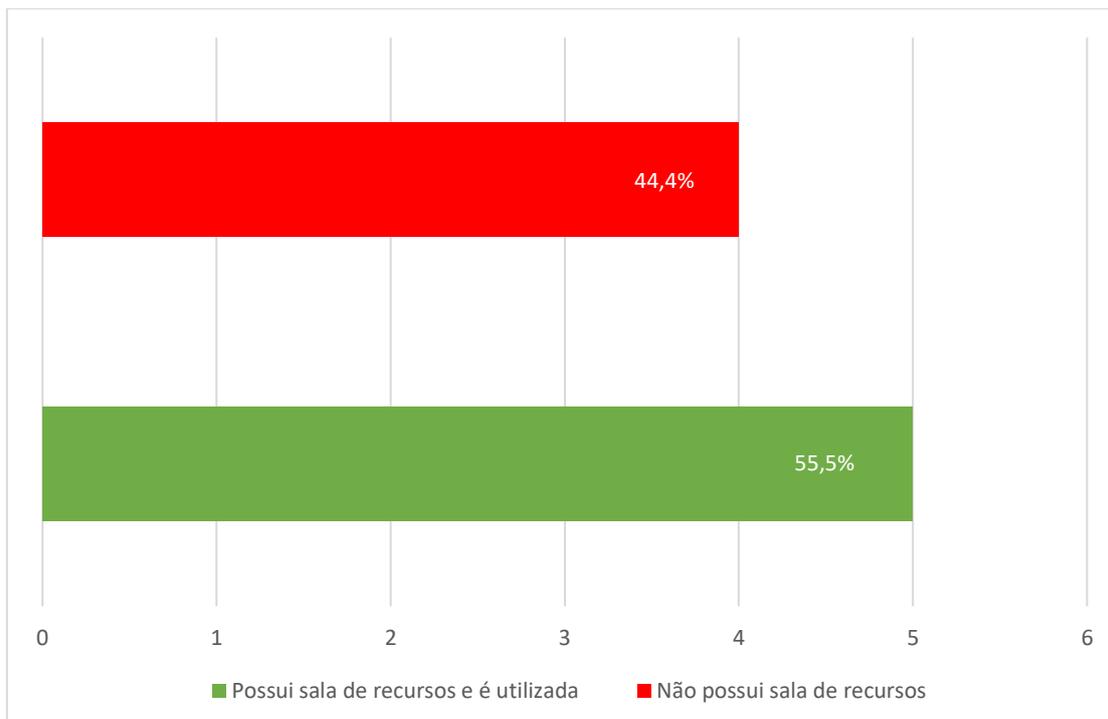
Esse diálogo é primordial, tendo em vista que a educação é direito de todos e é dever da escola e dos demais órgãos garantir que esses direitos estejam sendo assegurados, desde a matrícula desse aluno até a sua permanência na instituição.

Gráfico 9 - A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 9, ilustra que 44% dos professores entrevistados afirmam que a escola oferece o Atendimento Educacional Especializado, em contrapartida, 56% disseram que infelizmente a escola não oferece esse serviço. Nota-se que o número de escolas que não oferece o AEE é maior se comparado aos 44% que afirmaram contar com esse atendimento.

Esses dados preocupam, pois o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem um papel primordial na formação dos alunos, tendo em vista que ao identificar e utilizar recursos que atendam as necessidades específicas de cada aluno, conseqüentemente os mesmos terão um desenvolvimento gradual e significativo nas atividades propostas em sala e, além disso, terão mais autonomia dentro e fora da escola.

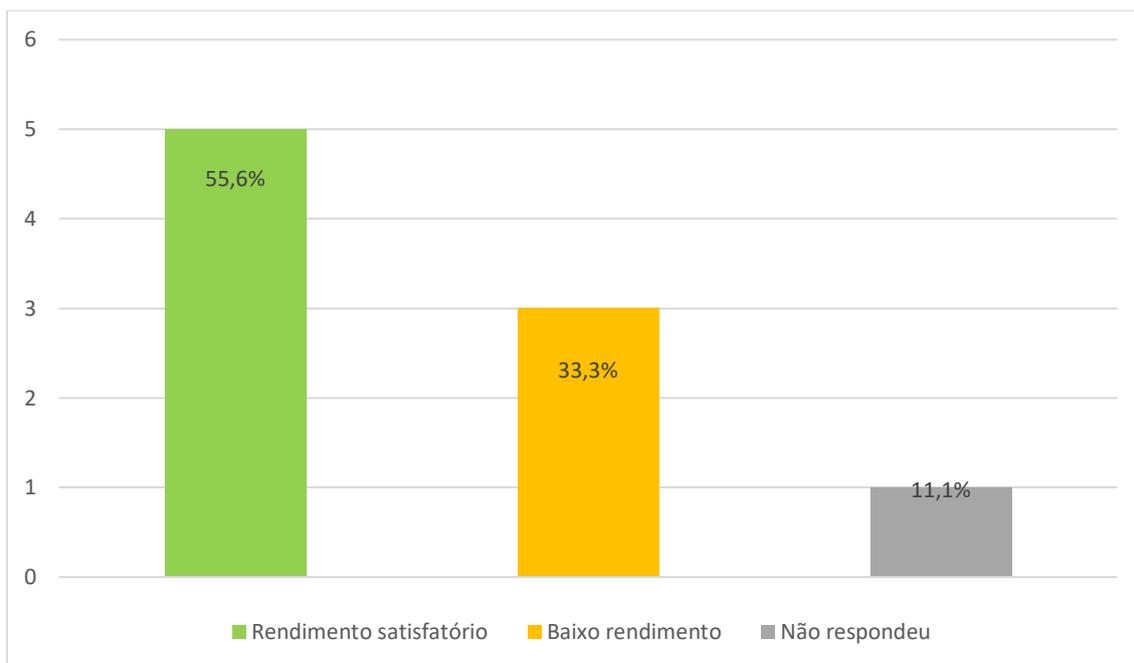
Gráfico 10 - A escola tem sala de recursos? Se sim, essa sala é utilizada?

Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 10, mostra que dos professores entrevistados, 55,5% deles responderam que a escola possui sala de recursos e o mais importante, afirmaram utilizar esse ambiente. Por outro lado, 44,4% dos educadores disseram que a instituição que eles trabalham não possui esse espaço, dificultando muitas vezes a realização de atividades.

Os respectivos questionamentos, tem o intuito de identificar se além de ter esse espaço na escola se o mesmo é utilizado, pois sua estrutura requer profissionais qualificados e materiais que atendam a necessidade de cada criança, diante disso muitas escolas até possui a sala de recursos, mas infelizmente não se é utilizada comprometendo assim a aprendizagem do aluno e dificultando o trabalho do professor.

É importante salientar que na escola que não possui esse espaço, os alunos são atendidos em outro local e no contraturno. Porém, não são todos os dias devido à alta demanda.

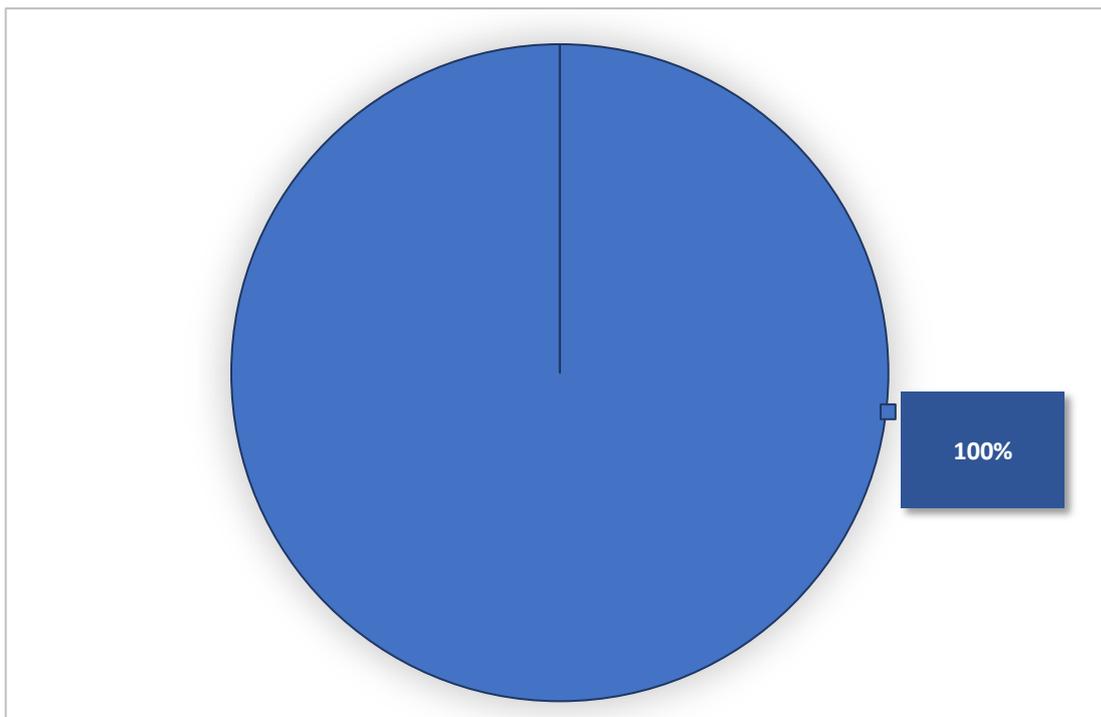
Gráfico 11 - Qual o rendimento escolar dos alunos com deficiência?

Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 11, buscou conhecer o rendimento escolar dos alunos com deficiência apesar dos déficits na educação, segundo as respostas obtidas 55,6% dos professores afirmaram que o rendimento é satisfatório, seguido de 33,3% dos docentes que disseram que o rendimento é baixo e apenas 11,1% dos educadores não responderam.

O rendimento escolar é reflexo do trabalho executado por todo corpo docente, da infraestrutura da escola, dos materiais que auxiliam o trabalho do professor e também do apoio familiar. Não adianta buscar culpados para o baixo rendimento do aluno com deficiência, pois em outras palavras o desempenho, autonomia e desenvolvimento de cada aluno é resultado de um trabalho em conjunto entre família e escola.

Gráfico 12 - Qual a interação dos demais alunos para com os alunos com deficiência?

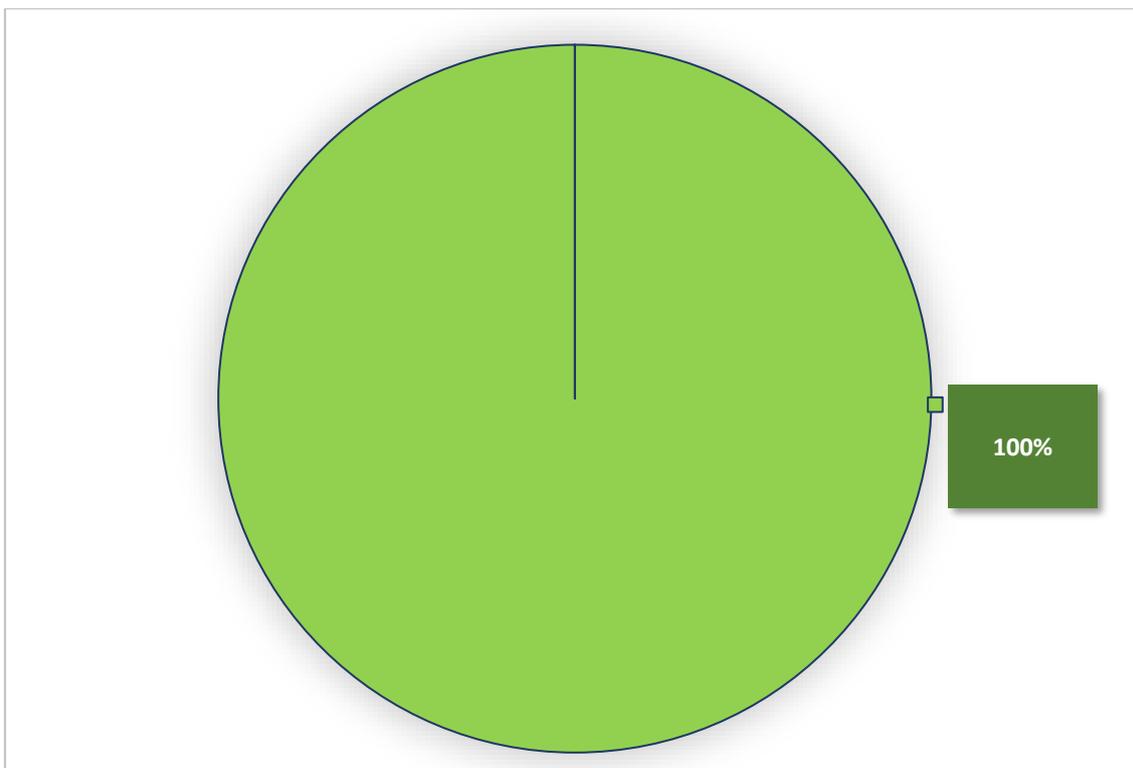


Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 12, evidencia que a interação entre os próprios alunos é 100% proveitosa. Portanto, é notório que apesar das fragilidades presentes no sistema educativo, o espaço escolar é um local importante e indispensável para aprender, compartilhar conhecimento e fazer novas amizades.

Essa pergunta parece simples, entretanto, faz-se necessário para identificar a relação dos alunos no dia a dia e sua interação ao longo das atividades com os demais colegas de sala, buscando verificar a inclusão em sala.

Gráfico 13 - A escola utiliza materiais pedagógicos adaptados? Se sim, quais?



Fonte: Pesquisador, 2023.

O Gráfico 13, buscou identificar a presença e utilização dos materiais pedagógicos adaptados nas escolas. Segundo os professores, 100% das escolas usa materiais adaptados, como: o ábaco, quebra-cabeça, letras e números móveis.

O manuseio desses materiais é fundamental, pois além de tornar a aula mais lúdica, atende de maneira individualizada as necessidades de cada aluno e garante o processo de ensino e aprendizagem ocorra, tendo em vista que esses materiais trabalham diversas habilidades, como: atenção, concentração, memória e interação com os demais colegas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou-se investigar sobre a garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil, tendo em vista que apesar das propostas de conscientização e dos direitos assegurados por lei, a compreensão sobre o assunto continua sendo limitada e superficial por grande parte das pessoas, pois muitos associam a acessibilidade somente a espaços com rampas. Porém, a acessibilidade engloba obter informações, dialogar e acessar qualquer espaço com segurança e autonomia.

Para obter mais informações acerca desta temática, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário, na qual foi dividido em duas partes. Inicialmente, buscou-se obter informações pessoais sobre os professores que aceitaram responder o respectivo questionário e em seguida, dados acerca da docência e também da escola em que trabalha. Diante das informações obtidas, foram identificados pontos favoráveis e pontos a desenvolver, conforme serão citados nos próximos parágrafos.

Verificou-se que todos os professores já ensinaram ou ensinam a alunos com deficiência, e sem dúvidas isso é um ponto positivo, pois mostra que independente dos entraves na educação, inclusive na infraestrutura das escolas, os alunos com deficiência estão nas instituições, evidenciando que seus direitos estão sendo garantidos. Além disso, os professores responderam que utilizam em suas aulas matérias adaptados com o intuito de atender as necessidades de cada aluno, resultando que o processo de ensino e aprendizagem aconteça gradativamente.

Observou-se, ainda, que os educadores e gestores estão atentos para que os direitos das crianças com deficiência sejam assegurados, e para isso dialogam constantemente com os responsáveis e com a Secretária de Educação do município. Os resultados da pesquisa também mostraram um resultado satisfatório referente ao rendimento escolar e da interação das crianças com deficiência com as demais crianças, sendo notório o respeito e a inclusão.

Portanto, conclui-se que apesar dos entraves, estamos dando passos importantes referente a acessibilidade e inclusão, especialmente na escola, assegurando que as pessoas com deficiência tenham acesso à saúde, aos espaços públicos, aos transportes, lazer e principalmente a educação de maneira autônoma,

segura, igualitária e de qualidade. É necessário que além das políticas públicas, exista conscientização das pessoas para garantir que esses direitos sejam garantidos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Eliece Helena Santos. **Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na faculdade de direito da UFBA**. 2015. 86 folhas. (Pós-graduação estudos interdisciplinares sobre a Universidade - PPGEISU) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos 8 urbanos (NBR 9050:2004, válida a partir de 30/6/04)**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para Formação de Professores** da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados e outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB n.º 4**, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, p. 17-17, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.480**, de 16 de maio de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão.

BRASIL, **Lei nº 12.764**, 27 de dezembro de 2012. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. **Decreto nº 9.465**, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

Deficiência Visual. Secretaria do Desenvolvimento Social e Familiar. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/DeficienciaVisual#:~:text=%E2%96%BA%20O%20que%20%C3%A9%3F,lentes%2C%20tratamento%20cl%C3%A9nico%20ou%20cir%C3%BArgico>. Acesso em: 09 de out. de 2023.

Educação Inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. Todos pela Educação, 2020. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. 4ª reimp. São Paulo, Atlas, 2011.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2006.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. Avercamp, 2006.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MINAYO, M^a C. S. **Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta** in Minayo, M^a C. S. (org) Pesquisa Social – teoria, método e criatividade 34ª ed Petrópolis, RJ vozes, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

MISÉS, R. **A criança deficiente mental: uma abordagem dinâmica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

NOVAK. Maria Fernanda Costa. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. Monografia (Especialização em Direitos Humanos), Universidade do Paraná, Irati, 2015.

O que é Deficiência Intelectual?. Neurosaber, 2017. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-deficiencia-intelectual/>. Acesso em: 22 de set. de 2023.

O que é TDAH. Associação Brasileira do Déficit de Atenção. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SANTOS, Kássia Mirele Lima dos santos. **Acessibilidade para a inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil: uma análise sobre as barreiras no âmbito educacional**. 2022. Dissertação (Graduação em Licenciatura) – Faculdade de Pedagogia, Universidade de Pernambuco, Camaragibe, 2022.

SANTANA, Patrícia Moreira. **A acessibilidade da pessoa com deficiência na rede pública de ensino do município de Formoso-MG**. 2017. Monografia (Graduação

em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Burity, 2017.

TAVARES, Fabiana Tavares dos Santos Silva. **Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pósgraduação em educação** (PPGE/UFPE) / Fabiana Tavares dos Santos Silva. – Recife: O autor, 2012. 595 f. : il. ; 30 cm.

Transtorno do Espectro Autista – TEA (autismo). Biblioteca Virtual em Saúde, 2023. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/transtorno-do-espectro-autista-tea-autismo/>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS PROFESSORES

Questionário

Prezado docente da escola _____, sou estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e estou realizando um estudo sobre a garantia dos direitos de acessibilidade como meio de inclusão na educação infantil. Espero contar com sua contribuição para responder este questionário.

1. Dados pessoais do entrevistado

Dados de Identificação do Docente

Nome: _____ Idade: _____

Escolaridade: () Ensino Superior () Especialização () Mestrado () Doutorado

Área de formação acadêmica: _____ Tempo de docência: _____

2. Dados Sobre a Docência

1- Há quanto tempo você trabalha na escola?

2- Você já teve algum aluno com deficiência? Se sim, qual a deficiência?

3- A escola já promoveu palestras para os professores lidar com a inclusão?

4- Trabalha ou já trabalhou com alguém com deficiência?

5- No caso de a escola ter algum aluno com deficiência, quem garante a adaptação da escola? De onde vem o recurso?

6- Caso o aluno com deficiência não esteja tendo seus direitos garantidos o que você faz para ajudá-lo?

7- A escola oferece Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

8- A escola tem sala de recursos? Se sim, essa sala é utilizada?

9- Qual o rendimento escolar dos alunos com deficiência?

10- Qual a interação dos demais alunos para com os alunos com deficiência?

11- A escola utiliza materiais pedagógicos adaptados? Se sim, quais?
